

**NOVO CPC**  
**EFEITOS E EFICÁCIA NO CONTENCIOSO**



# NOVO CPC

# EFEITOS E EFICÁCIA NO

# CONTENCIOSO

Coordenador:  
**Luiz Rogério Sawaya Batista**

Autores:

Ana Carolina Cabral  
Bruno Tadayoshi Hernandez Matsumoto  
Carlos Zanforlin Jr.  
Daniela Nazaré Miranda Alves  
Fernanda Maia Coimbra  
Fernanda Mello Machado  
Grazielle Ferraz  
Ítalo Ribeiro dos Santos  
Leandro César dos Santos  
Lucas Boarin Pace  
Lucas Lobo Pereira  
Luiz Rogério Sawaya Batista  
Marcelo Kalter Hirose Silva  
Marianne Calil  
Priscila Moreno Takakura  
Renato Guilherme Machado Nunes  
Vanderlei de Souza Júnior

© 2016 by INTELECTO EDITORA

Produção editorial: Demes Brito  
Diretor editorial: Demes Brito  
Diagramação e revisão: Formato Serviços  
Capa: Intellecto Soluções Inteligentes

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Novo CPC: efeitos e eficácia no contencioso /  
coordenador: Luiz Rogério Sawaya Batista. --  
São Paulo: Intellecto Editora, 2016.

Bibliografia.

ISBN 978-85-5827-006-9

1. .

16-xxxx

CDU-xxx

**Índices para catálogo sistemático:**

1.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*

Nota: O Acordo Ortográfico foi aplicado integralmente nesta obra.

INTELECTO EDITORA  
Rua Turiaçu, 390, 5º andar  
Perdizes  
05005 000 São Paulo SP  
011 2592 8003  
intelectosolucoes.com.br

# SUMÁRIO

Apresentação, ix

Prefácio, xi

Autores, xiii

Agradecimentos, xvii

|          |  |           |
|----------|--|-----------|
| <b>1</b> | <b>A CONCEPÇÃO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (Luiz Rogério Sawaya Batista).....</b>   | <b>1</b>  |
| I        | Introdução do Tema .....   | 1         |
| II       | Da alquimia ao novo CPC.....   | 3         |
| III      | Premissas adotadas pela comissão de juristas. Ferramentas de interpretação.....  | 7         |
| IV       | O <i>Common Law</i> e o NCPC.....  | 9         |
| <b>2</b> | <b>TUTELAS DE URGÊNCIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (Fernanda Mello Machado) .....</b>   | <b>16</b> |
| I        | Introdução .....   | 16        |
| II       | Das disposições comuns às tutelas provisórias.....   | 17        |
| III      | Das singularidades da tutela de urgência na modalidade antecipada .....  | 19        |
| III.1    | Da petição inicial que contém pedido de concessão de tutela provisória de urgência na modalidade antecipada, requerida em caráter antecedente..... | 19        |
| III.2    | Da sistemática da tutela de urgência na modalidade antecipada requerida em caráter antecedente .....   | 22        |
| III.3    | Da mitigação do contraditório em se tratando de tutela de urgência .....   | 25        |

|          |   |           |
|----------|---|-----------|
| III.4    | Da integral concessão da tutela de urgência .....   | 25        |
| III.5    | Da concessão parcial da tutela de urgência antecipada .....   | 27        |
| III.6    | Das possíveis reações do réu .....  | 28        |
| III.7    | Da estabilização da decisão que concedeu a antecipação dos efeitos da tutela .....  | 29        |
| III.8    | Da tutela de urgência requerida em caráter incidental.....  | 31        |
| IV       | Das singularidades da tutela de urgência na modalidade cautelaR.....  | 31        |
| V.       | Da responsabilidade (objetiva) da parte quanto aos prejuízos que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa.....                               | 34        |
|          | Conclusões .....  | 35        |
|          | Referências.....  | 35        |
| <b>3</b> | <b>TUTELA DE EVIDÊNCIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (Priscilla Moreno Takakura).....</b>  | <b>36</b> |
| I        | Introdução .....  | 36        |
| II       | Da tutela de evidência.....   | 37        |
| II.1     | Novo Código de Processo Civil: da tutela de evidência.....  | 37        |
| II.2     | Das hipóteses de deferimento da tutela de evidência .....   | 40        |
| II.3     | A sistemática da tutela de evidência .....  | 45        |
|          | Conclusão .....   | 47        |
|          | Referências.....  | 47        |
| <b>4</b> | <b>DOS REQUISITOS DA SENTENÇA E DA ORDEM CRONOLÓGICA DOS JULGAMENTOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (Bruno T. H. Matsumoto, Fernanda Maia Coimbra).....</b> | <b>49</b> |
| I        | Introdução .....  | 49        |
| II       | Evolução do conceito do instituto da sentença.....  | 50        |
| III      | Dos requisitos da sentença.....   | 52        |
| III.1    | Os limitadores da motivação da decisão judicial .....   | 54        |
| III.2    | Da análise judicial no caso de colisão de normas e da interpretação das decisões judiciais .....  | 59        |
| IV       | Ordem cronológica dos julgamentos.....  | 61        |
|          | Conclusão .....   | 65        |
|          | Referências.....  | 65        |
| <b>5</b> | <b>A NOVA SISTEMÁTICA RECURSAL (Lucas Boarin Pace) .....</b>  | <b>67</b> |
| I        | Introdução .....  | 67        |
| II       | Considerações gerais do sistema recursal do novo CPC.....   | 68        |
| III      | Análise das mudanças dos recursos em espécie.....   | 71        |

|          |  |            |
|----------|--|------------|
| III.1    | Recurso de Apelação .....  | 71         |
| III.2    | Recurso de Agravo de Instrumento .....   | 72         |
| III.3    | Recurso de Agravo Interno.....   | 74         |
| III.4    | Embargos de Declaração.....  | 75         |
| III.5    | Recurso Ordinário.....   | 77         |
| III.6    | Recurso Especial e Extraordinário.....   | 78         |
| III.7    | Embargos de divergência em Recurso Especial e Recurso<br>Extraordinário .....  | 80         |
|          | Conclusão .....  | 81         |
|          | Referências.....   | 82         |
| <b>6</b> | <b>O NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL, UMA NOVA PERSPECTIVA AO<br/>PROCESSO CIVIL (Bruno T. H. Matsumoto).....</b>                                      | <b>83</b>  |
| I        | Introdução .....   | 83         |
| II       | O negócio jurídico processual e uma análise crítica do instituto.....  | 84         |
| III      | Aspectos gerais do negócio jurídico processual .....   | 87         |
| IV       | O negócio jurídico processual e o processo arbitral.....   | 92         |
| V        | Do calendário processual e demais condições aptas a integrar o negócio<br>jurídico processual.....   | 95         |
|          | Conclusões .....   | 100        |
|          | Referências.....   | 101        |
| <b>7</b> | <b>O FORTALECIMENTO DOS PRECEDENTES E DA JURISPRUDÊNCIA NO<br/>NOVO CPC (Renato Guilherme Machado Nunes, Marcelo Kalter<br/>Hirose Silva).....</b> | <b>103</b> |
| I        | Introdução .....   | 103        |
| II       | Breve Síntese da Evolução do Precedente no Brasil .....  | 105        |
| III      | Alterações promovidas pelo novo Código de Processo Civil .....   | 110        |
| III.1    | Dos aspectos gerais.....   | 111        |
| III.1.1  | Hierarquia entre os precedentes e a fundamentação dos<br>atos judiciais em precedentes.....  | 111        |
| III.2    | Efeitos para os Tribunais Superiores.....  | 112        |
| III.3    | Efeitos para a Segunda Instância.....  | 113        |
| III.3.1  | Do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas .....  | 113        |
| III.3.2  | Do Juízo de Admissibilidade dos Recursos Excepcionais..  | 116        |
| III.3.3  | Do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas .....  | 117        |
| III.4    | Efeitos para a Primeira Instância .....  | 117        |
| III.4.1  | Tutela de evidência.....   | 118        |

|          |  |            |
|----------|--|------------|
| III.4.2  | Suspensão do processo em razão da admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas e de Recurso Repetitivos .....  | 118        |
| III.4.3  | Desnecessidade de remessa necessária .....   | 119        |
|          | Conclusões .....   | 119        |
| <b>8</b> | <b>DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (Luiz Rogério Sawaya Batista, Grazielle Ferraz, Lucas Lobo) .....</b>                      | <b>121</b> |
| I        | Introdução do Tema .....   | 121        |
| II       | A personalidade jurídica. Separação patrimonial. E a desconsideração.....  | 122        |
| III      | A Desconsideração da Personalidade Jurídica no Brasil. Ingresso no patrimônio dos sócios .....   | 128        |
| IV       | O incidente da desconsideração da personalidade jurídica no novo Código de Processo Civil.....   | 138        |
| IV.1     | Introdução.....  | 138        |
| IV.2     | Fundamentos e legitimidade ativa para propositura do incidente   | 139        |
| IV.3     | Cabimento e procedimento do incidente.....   | 141        |
| IV.4     | Recursos cabíveis em caso de (não) acolhimento do incidente.....   | 143        |
| IV.5     | Cabimento do incidente nos Juizados Especiais.....   | 144        |
| IV.6     | Consequências jurídicas do acolhimento do incidente.....   | 145        |
| IV.7     | Sucumbência em caso de não acolhimento do incidente.....   | 146        |
|          | Conclusão .....  | 146        |
|          | Referências.....   | 147        |
| <b>9</b> | <b>BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (Bruno T. H. Matsumoto, Carlos Alberto Curia Zanforlin Junior).....</b> | <b>149</b> |
| I.       | Introdução .....   | 149        |
| II.      | Aspectos introdutórios relevantes .....  | 151        |
| III      | Considerações com relação à dissolução parcial de sociedade em comum e de sociedade anônima de capital fechado .....   | 153        |
| III.1    | Da dissolução parcial de sociedade em comum .....  | 153        |
| III.2    | Da dissolução parcial de sociedade anônima de capital fechado....  | 154        |
| IV       | Citação dos sócios e da sociedade.....   | 157        |
| V        | Do procedimento de apuração de haveres sociais.....  | 159        |
| V.1      | Da data de resolução da sociedade.....   | 160        |
| V.2      | Do Critério de Apuração dos Haveres à Vista do Disposto no Contrato Social.....  | 163        |



|   |            |
|---|------------|
| Conclusão .....   | 167        |
| Referências.....  | 169        |
| <b>10 A CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO EM CONTRATOS INTERNACIONAIS E O PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DA VONTADE (Ana Carolina Hipólito Cabral, Leandro César dos Santos).....</b> | <b>170</b> |
| I Introdução .....  | 170        |
| II O princípio da autonomia da Vontade nos Contratos .....  | 171        |
| III Cláusula de eleição de foro e seu tratamento no Código de Processo Civil de 1973 .....  | 173        |
| IV Entendimento dos Tribunais.....  | 175        |
| V Direito Comparado. Breves Considerações .....   | 180        |
| VI Tratamento dado pelo Novo Código de Processo Civil.....  | 181        |
| Conclusão .....   | 182        |
| Referências.....  | 183        |
| <b>11 O NOVO CPC E SUAS REPERCUSSÕES NO PROCESSO DO TRABALHO (Daniela N. M. Alves, Ítalo Ribeiro dos Santos, Marianne Calil Jorge).....</b>                             | <b>184</b> |
| I Introdução .....  | 184        |
| II Respostas do réu .....   | 186        |
| III Ônus da prova e o novo CPC.....   | 189        |
| IV Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica no Processo do Trabalho.....   | 193        |
| V Da tutela provisória de urgência.....   | 197        |
| V.1 Da tutela de urgência.....  | 197        |
| V.2 Da tutela de evidência .....  | 200        |
| VI Os recursos repetitivos e o Processo do Trabalho .....   | 202        |
| Conclusão .....   | 205        |
| Referências.....  | 206        |
| <b>12 OS IMPACTOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO (Vanderlei de Souza Júnior) .....</b>  | <b>207</b> |
| I Introdução .....  | 207        |
| II CPC/2015 e o Processo Administrativo Tributário.....   | 209        |
| II.1 Limites da aplicação supletiva e subsidiária do CPC/2015 ao processo administrativo .....  | 209        |
| II.2 Aplicação supletiva do art. 927 do CPC/2015 ao processo administrativo.....  | 212        |
| III CPC/2015 e o Processo Tributário Judicial .....   | 215        |

|  |     |
|--|-----|
| III.1 Fortalecimento do precedente e a fundamentação da decisão judicial ..... | 215 |
| III.2 Distribuição dinâmica do ônus da prova no processo tributário.....       | 218 |
| III.3 Atribuição de efeito suspensivo aos embargos à execução fiscal ...       | 220 |
| III.4 Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo.....                           | 221 |
| III.5 Condenação da Fazenda Pública em verbas sucumbenciais.....               | 222 |
| Conclusões .....   | 224 |
| Referências.....   | 224 |

# APRESENTAÇÃO

A semente do presente Livro surgiu dos debates havidos em nosso Escritório, Nunes e Sawaya Advogados, em que havíamos formado um grupo de estudos para acompanhar as alterações legislativas do Novo Código de Processo Civil perante o Senado Federal, comparando-as com aquelas encaminhadas pela Câmara dos Deputados.

Após a publicação do Novo Código de Processo Civil, com a sua veiculação por meio da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, e em razão da fixação de um prazo relativamente curto para a *vacatio legis* – apenas um ano de adaptação para o novo Código – o nosso Grupo de Estudos decidiu intensificar as nossas reuniões, realizando-as semanalmente e, quando fosse possível, diante dos inúmeros afazeres diários, duas vezes por semana.

Diante do nível dos debates, dos questionamentos trazidos a cada reunião e, principalmente, de nossa experiência diária com o Código de Processo Civil, ora revogado, experiência esta que fornecia matéria prima relevante à união da teoria à prática, surgiu a ideia de elaborarmos em conjunto uma obra sobre determinados temas do Novo Código de Processo Civil (“NCPC”).

A presente Obra, portanto, tem como diferencial ter sido realizada por profissionais que efetivamente operam o Direito, que já vinham, havia um tempo considerável, analisando o desenvolvimento do NCPC, e que conta ainda com profissionais que atuam em diversas áreas do

Direito e, o que talvez seja o mais interessante, diferentes graus de formação e experiência jurídica.

Ela não se predispõe a oferecer todas as respostas para uma legislação tão nova como o NCPC, que será certamente burilada pela prática e, especialmente, por nossos Tribunais, porém V. Sas. poderão identificar em cada um dos Artigos a visão singular dos Autores sobre os temas abordados, o que constitui, em nosso pensar, valiosa contribuição ao debate das principais questões envolvendo o NCPC.

Não podemos deixar de ressaltar que se trata de legislação recente, pensada e produzida nos nossos dias atuais, e que felizmente constitui um avanço à legislação anterior, dedicada a transformar o nosso processo civil em um relevante instrumento de resolução de conflitos, gerando a tão sonhada pacificação social, em que todos aqueles que operam com o Direito têm a missão de perseguir.

**Luiz Rogério Sawaya Batista**

# PREFÁCIO



# AUTORES

## **ANA CAROLINA CABRAL**

Advogada. Pós-graduada em Direito Societário pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP). Extensão em Prática de Contratos pela Escola Superior de Advocacia (ESA). Graduada em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

## **BRUNO TADAYOSHI HERNANDES MATSUMOTO**

Advogado. Especialista em Direito Contratual pela Pontifícia da Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

## **CARLOS ZANFORLIN JR.**

Advogado. Pós-graduado em Direito Empresarial pela Escola Paulista de Direito (EPD)

## **DANIELA NAZARÉ MIRANDA ALVES**

Advogada. Pós-graduada em Direito do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (“PUC/COGEAE”)

## **FERNANDA MAIA COIMBRA**

Advogada.

### **FERNANDA MELLO MACHADO**

Advogada. Pós-graduada em Direito Civil e Processo Civil pela Escola Paulista de Direito (EPD).

### **GRAZIELLE FERRAZ**

Advogada. Pós-Graduada em Direito Empresarial no Insper. Extensão acadêmica em Curso de Business and Legal English pela London School of Business and Finance e pela Escola Superior de Advocacia

### **ÍTALO RIBEIRO DOS SANTOS**

Advogado. Pós-graduado em Direito do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/COGEAE).

### **LEANDRO CÉSAR DOS SANTOS**

Advogado. Pós-Graduando no curso de LL.M em Direito Societário pelo Insper. Extensão acadêmica em Curso de Compliance Officer pela Legal, Ethics and Compliance (LEC).

### **LUCAS BOARIN PACE**

Advogado. Pós-Graduado em Direito Eleitoral na P Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (“PUC/MG”)

### **LUCAS LOBO PEREIRA**

Advogado. Pós-Graduado no L.L.M em Direito Tributário no INSPER.

### **LUIZ ROGÉRIO SAWAYA BATISTA**

Advogado. Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; Especializado em Direito Comercial pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; Especializado em Direito Societário com ênfase em M&A pelo IBMEC/SP (atual Insper); Especializado em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (“PUC/COAGEAE”). Ex conselheiro do Conselho Municipal de Tributos do Município de São Paulo; Ex conselheiro titular do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.



**MARCELO KALTER HIROSE SILVA**

Advogado. Pós-graduando em MBA em Gestão Tributária na Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI – FEA/USP).

**MARIANNE CALIL**

Advogada.

**PRISCILA MORENO TAKAKURA**

Advogada.

**RENATO GUILHERME MACHADO NUNES**

Advogado. Doutor em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) – 2012; Mestre em Direito Tributário pela PUC/SP – 2005; Especializado em Direito Tributário pela PUC/COGEAE – 2000. Ex conselheiro do Conselho Municipal de Tributos do Município de São Paulo.

**VANDERLEI DE SOUZA JÚNIOR**

Advogado. Pós-graduando em L.L.M em Direito Tributário pelo INSPER.



## AGRADECIMENTOS

Não poderia iniciar sem agradecer a todos os Autores da obra Ensaio sobre o Novo Código de Processo Civil, por todo o tempo devotado no estudo dos temas e na elaboração dos respectivos Artigos, sobretudo se considerarmos a novidade da legislação e, por essa mesma razão, o número bastante reduzido de artigos científicos disponíveis.

Agradeço ainda os meus sócios Renato Nunes, Rafael Younis Marques, Bruno Matsumoto e Teresa Gutierrez, por todo o apoio do Escritório Nunes e Sawaya Advogados, tanto nos estudos do Direito, sempre buscando o desenvolvimento técnico e a excelência dos serviços, como na empreitada que envolveu a concepção da presente obra, com a contribuição de diferentes profissionais, de diferentes áreas do Escritório.

Agradeço especialmente ao meu sócio Renato Nunes, quem conheço faz diversas décadas, não apenas pelos laços de amizade, pelo convívio familiar com sua esposa e duas filhas maravilhosas, mas sobretudo pela oportunidade e experiência de caminhar juntos em busca da realização profissional, em que desenvolvemos e aprendemos com os profissionais que ao longo dos anos se juntaram ao Nunes e Sawaya Advogados, sempre contando com o seu labor, a sua seriedade, a sua humildade voltada para a melhora profissional e pessoal, com o seu otimismo, e com a partilha de opiniões particulares sobre o mundo em geral.

Agradeço, ainda, com enorme satisfação, o prefácio produzido pelo Dr. André Antunes Soares de Camargo, Coordenador Geral do Insper Direito, profissional e pessoa de nossa mais alta estima, e que, principal-

mente, se dedica de corpo e alma pela excelência e pela notória qualidade dos cursos de Direito do Insper, e que tão logo tomou conhecimento de nosso projeto se prontificou a prefaciá-lo tamanha a comunhão de nossas visões a respeito do Direito e da importância de um estudo sério sobre suas questões.

Nossos agradecimentos à Editora Intelecto e ao Dr. Demes Britto, que abraçaram a nossa causa, e que têm assumido posição de vanguarda no mercado editorial de livros jurídicos e na produção de ótimos cursos de Direito.

# 1 A CONCEPÇÃO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

*Luiz Rogério Sawaya Batista*

**Resumo:** O presente estudo se propõe a fazer sucinta análise das premissas norteadoras da nova legislação processual civil, veiculada pela Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

## I INTRODUÇÃO DO TEMA

A Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, publicada no dia 17 de março, veiculou o Novo Código de Processo Civil, que após o transcurso de um ano de *vacatio legis*, conforme determinava o seu artigo 1.045, entrou em vigor em 18 de março de 2016, passando, portanto, a ser aplicado a todos os atos processuais praticados a partir desta data, inclusive em relação aos processos anteriormente em curso.

Em seu Livro Complementar o NCPC estabeleceu que as disposições da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, decorrentes do Código de Processo Civil, relativas ao procedimento sumário e aos procedimentos especiais que forem revogadas continuarão a ser aplicadas às ações propostas e não sentenciadas até o início da vigência do novo Código.

Previu ainda que permanecem em vigor as disposições especiais dos procedimentos regulados em outras leis, aos quais se aplicará supletivamente o novo Código de Processo Civil.

Estamos, pois, sob uma legislação adjetiva completamente nova, em que o legislador ordinário, acostumado à utilização das famosas reformas